

# **Relatório do Passivo Judicial Previdenciário**

**O Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM, em cumprimento com a determinação do MANUAL DO PRÓ-GESTÃO RPPS<sup>1</sup>, apresenta o seu RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO JUDICIAL, com base no sistema da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – DEPRE/TJSP, disponibilizado pela Procuradoria Geral do Município de São Paulo – PGM/SP.**

**Com a divulgação deste Relatório, o IPREM fortalece seu dever de dar transparência e publicidade aos atos da Administração Municipal que impactam nas contas públicas, cumpre com os requisitos do Manual citado e possibilita o controle social das contas.**

**Dessa forma, apresentamos o Relatório do Passivo Judicial Previdenciário, do primeiro semestre de 2025, que considera os processos judiciais de 2009 a 2025.**

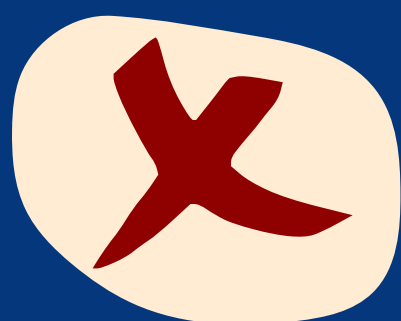
<sup>1</sup>Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instituído pela Portaria MPS nº 185/2015. Item 3.2.8, k.

# Como é gerado o Passivo Judicial Previdenciário

## Servidor ou Interessados

Os servidores ou interessados reivindicam administrativamente um direito que acredita ser devido.

01



02

## Administração Pública

A Administração Pública analisa o pedido e, embasado em um parecer nega o direito pretendido.

## Advogado

O servidor ou interessado procura um advogado privado ou a Defensoria Pública para ingressar com a ação.

03



04

## Poder Judiciário

O Poder Judiciário analisa os argumentos das partes e julga o pedido em uma das Varas da Fazenda Pública.

## Sentença

O pedido do servidor ou do interessado pode ser indeferido (negado) ou deferido (concedido) parcialmente ou totalmente.

05



06

## Valores

Caso o pedido envolva o recebimento de recursos, ele poderá receber esses valores de 2 formas: Precatórios ou RPVs (Requisição de Pequeno Valor).

## RPVs

No município de São Paulo, para o ano de 2025, o valor do teto do RPV é de R\$ 30.372,25, conforme Portaria Conjunta PGM/SF Nº 01/2025.

07



08

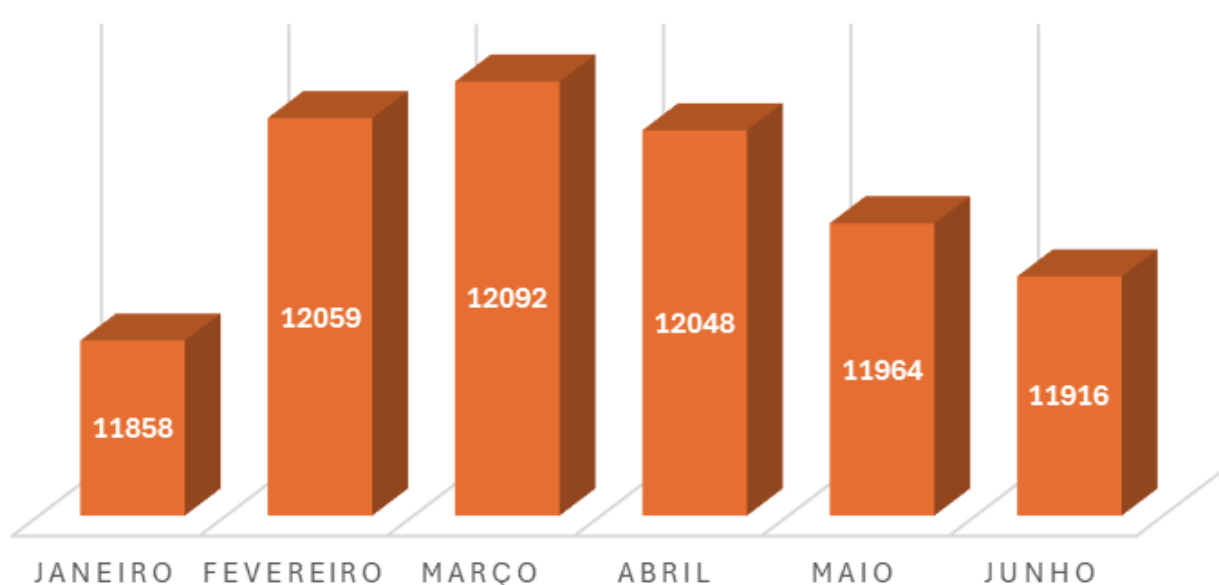
## Precatórios

Caso o valor seja superior ao teto do RPV, os valores serão recebidos por requisições de pagamento (Precatórios). O prazo de recebimento é mais longo que o do RPV. Este valor poderá ser antecipado mediante acordo com um desconto.

# Gráficos

Quantidade Processos						
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Quantidade	11858	12059	12092	12048	11964	11916
Saldo Atualizado						
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Passivo Judicial	R\$595.090.747,46	R\$599.145.212,25	R\$591.495.141,44	R\$586.279.077,46	R\$584.933.642,88	R\$582.050.262,96

## PROCESSOS JUDICIAIS 1º SEMESTRE/2025



## PASSIVO JUDICIAL IPREM 1º SEMESTRE/2025

